DocuSign Envelope ID: 58895757-5B04-4C68-ACB5-56411DAD3EDC

CRB - OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

CNPJ/MF nº 05.481.823/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	5.551	5.263
Aplicações financeiras	9(b)	2.833	2.756
Contas a receber de clientes	10(b)	1.846	1.821
Tributos a recuperar		60	10
Outros ativos		5	5
Total do ativo circulante		10.295	9.855
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		–	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13(c)	360	440
Partes relacionadas	10(b)	556	556
		916	1.011
Investimentos		–	5
Imobilizado	11(b)	2.929	3.505
Direito de uso em arrendamento	12(b)	1.448	1.733
Total do ativo não circulante		5.293	6.254
Total do ativo		15.588	16.109

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Circulante			
Arrendamentos	12(c)	772	661
Fornecedores e outras contas a pagar		253	129
Tributos a recolher		115	35
Dividendos a pagar	10(b)	95	364
Outros passivos		–	118
Total do passivo circulante		1.235	1.307
Não circulante			
Provisões e depósitos judiciais	14(b)	379	361
Arrendamentos	12(c)	4.095	4.867
Total do passivo não circulante		4.474	5.228
Total do passivo		5.709	6.535
Patrimônio líquido	15(c)		
Capital social		8.980	8.980
Reservas de lucros		889	584
Ajustes de avaliação patrimonial		10	10
Total do patrimônio líquido		9.879	9.574
Total do passivo e patrimônio líquido		15.588	16.109

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Receita líquida de contratos com clientes	16	7.755	7.534
Custo dos serviços prestados	17	(6.957)	(6.726)
Lucro bruto		798	808
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(899)	(849)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	113	50
		(786)	(799)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		12	9
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		–	2
Resultado financeiro líquido	19(b)		
Receitas financeiras		991	240
Despesas financeiras		(433)	(618)
		558	(378)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		570	(367)
Imposto de renda e contribuição social	13(b)	(170)	145
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		400	(222)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: De incentivos fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado e não auditado		8.980	9	23	342	10	432	9.796
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	–	(222)	(222)
Em 31 de dezembro de 2021		8.980	9	23	342	10	210	9.574
Em 1º de janeiro de 2022		8.980	9	23	342	10	210	9.574
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	400	400
Constituição de reserva legal	15(c)	–	–	20	–	–	(20)	–
Dividendos deliberados	15(c)	–	–	–	–	–	(95)	(95)
Retenção de lucros		–	–	–	495	–	(495)	–
Em 31 de dezembro de 2022		8.980	9	43	837	10	–	9.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	400	(222)
Total do resultado abrangente do exercício	400	(222)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Receitas			
Serviços prestados	16	9.044	8.786
Outras receitas operacionais	18	113	50
		9.157	8.836
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(1.451)	(1.072)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	17	(5.384)	(5.467)
		(6.835)	(6.539)
Valor adicionado bruto		2.322	2.297
Depreciação e amortização	16	(862)	(862)
Valor adicionado líquido produzido		1.460	1.435
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias			2
Receitas financeiras	19(b)	991	240
		991	242
Valor adicionado total a distribuir		2.451	1.677
Distribuição do valor adicionado			
Impostos e contribuições			
Federais		978	825
Estaduais		80	87
Municipais		452	439
Diferidos	13(c)	28	(157)
		1.538	1.194
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	19(b)	433	618
Aluguéis	17	80	87
		513	705
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos pagos		360	–
Lucros distribuídos e retidos		40	(222)
		400	(222)
Valor adicionado distribuído		2.451	1.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		570	(367)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	17	862	862
Equivalência patrimonial		–	(2)
Outros componentes do resultado financeiro		64	296
Rendimentos sobre aplicações financeiras	19(b)	990	233
Demais itens que não afetam caixa		35	15
		2.521	1.037
(Acréscimo) decréscimo em ativos			
Contas a receber de clientes		(25)	49
Tributos a recuperar		(35)	46
Outros ativos		–	5
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		124	18
Tributos a recolher		(10)	77
Outros passivos		(118)	6
		2.457	1.238
Imposto de renda e contribuição social pagos		(81)	(16)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.376	1.222
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(1.067)	–
Venda de participação da Fazenda São Miguel		–	2.550
Resgate de aplicações financeiras		–	1.250
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.067)	3.800
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidação de arrendamento	12(c)	(661)	(525)
Dividendos pagos		(360)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.021)	(525)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		288	4.497
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.263	766
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.551	5.263

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A CRB Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), tem como atividade o arrendamento e operação do terminal de importação de granéis sólidos do Porto de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima com sede e foro jurídico na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada diretamente pela Calmit Minerações Participação Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Brasil., e a controladora final é a Votorantim S.A. ("VSA"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo, Brasil, que constitui a holding das empresas Votorantim e é integralmente controlada pela família Ermírio de Moraes. O contrato de arrendamento que dá origem aos direitos de exploração do terminal portuário, identificado pela Companhia Docas de Imbituba com o número 001/2002-CDI, foi assinado em 29 de janeiro de 2003, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC n° 1 - Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Desta forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência deste pronunciamento. As estruturas portuárias administradas pela Companhia são principalmente utilizadas para a prestação de serviços de elevação de granéis para suas partes relacionadas.

2. Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

3. Principal evento ocorrido durante o exercício de 2021: 3.1.Cessão onerosa da participação societária detida pela companhia na Fazenda São Miguel Ltda: Em 25 de novembro de 2021, a Companhia, investidora da Fazenda São Miguel Ltda. com 3.000.000 quotas, realizou a cessão onerosa de suas quotas em favor da Votorantim Cimentos N/NE S.A. pelo montante de R$ 2.537 e a baixa do investimento pelo montante de R$ 2.557. Uma perda no montante de R$ (20) foi reconhecida na rubrica de "Outras receitas operacionais, liquidas" (Nota 18).

4. Reapresentado e não auditado: 4.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. **4.2. Reapresentação dos saldos comparativos:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Buscando adequar as políticas contábeis aplicadas ao contrato de arrendamento portuário em que a Companhia é arrendatária, a Companhia decidiu de forma voluntária, reapresentar tais direitos e obrigações contratuais de acordo com a sua natureza, sendo (i) Cessão de uso - instalações; (ii) investimentos mínimos em ativos e melhorias; (iii) arrendamentos; (iv) imposto de renda e contribuição social diferido; e (v) imposto de renda e contribuição social corrente. Os efeitos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2021, os quais são majoritariamente reclassificações entre ativos e passivos, de forma qualitativa, não geraram efeitos materiais nos saldos de abertura que impactem as demonstrações financeiras.

(a) Balanço patrimonial:

Ativo	2021 Originalmente apresentado	2021 Ajustes	Nota	2021 Reapresentado e não auditado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.263			5.263
Aplicações financeiras	2.756			2.756
Contas a receber de clientes	1.821			1.821
Tributos a recuperar	10			10
Outros ativos	5			5
Total do ativo circulante	9.855			9.855
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	15			15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	405	35	(iv)	440
Partes relacionadas	556			556
	976	35		1.011
Investimentos	5			5
Imobilizado		3.505	(i)/(ii)	3.505
Direito de uso em arrendamento	3.665	(1.932)	(iii)	1.733
Total do ativo não circulante	4.646	1.608		6.254
Total do ativo	14.501	1.608		16.109

Passivo e patrimônio líquido	2021 Originalmente apresentado	2021 Ajustes	Nota	2021 Reapresentado e não auditado
Circulante				
Arrendamentos	783	(122)	(iii)	661
Fornecedores e outras contas apagar	129			129
Tributos a recolher	123	(88)	(v)	35
Dividendos a pagar	364			364
Outros passivos	118			118
Total do passivo circulante	1.517	(210)		1.307
Não circulante				
Provisões e depósitos judiciais	361			361
Arrendamentos	3.245	1.622	(iii)	4.867
Total do passivo não circulante	3.606	1.622		5.228
Total do passivo	5.123	1.412		6.535
Patrimônio líquido				
Capital social	8.980			8.980
Reservas de lucros	76	196	(i)/(ii)/(iii)	272
Ajustes de avaliação patrimonial	322			322
Total do patrimônio líquido	9.378	196		9.574
Total do passivo e patrimônio líquido	14.501	1.608		16.109

(b) Demonstração de resultado:

	Nota	2021 Originalmente apresentado	2021 Ajustes	Nota	2021 Reapresentado
Receita líquida de contratos com clientes	15	7.534			7.534
Custo dos serviços prestados	16	(6.726)			(6.726)
Lucro bruto		808			808
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	(590)	(259)	(i)/(ii)/(iii)	(849)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	50			50
		(540)	(259)		(799)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		268	(259)		9
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		2			2
Resultado financeiro líquido	18(b)				
Receitas financeiras		240			240
Despesas financeiras		(514)	(104)	(iii)	(618)
		(274)			(378)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4)	(363)		(367)
Imposto de renda e contribuição social	12(b)	22	123	(iv)/(v)	145
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		18	(240)		(222)

(c) Demonstração do resultado abrangente:

	2021 Originalmente apresentado	2021 Ajustes	2021 Reapresentado e não auditado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	18	(240)	(222)
Total do resultado abrangente do exercício	18	(240)	(222)

(d) Demonstração do fluxo de caixa:

	2021 Originalmente apresentado	2021 Ajustes	Nota	2021 Reapresentado e não auditado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4)	(363)		(367)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	603	259	(i)/(ii)/(iii)	862
Equivalência patrimonial	(2)			(2)
Outros componentes do resultado financeiro	192	104	(iii)	296
Rendimentos sobre aplicações financeiras	233			233
Demais itens que não afetam caixa	15			15
	1.037			1.037
(Acréscimo) Decréscimo em ativos				
Contas a receber de clientes	49			49
Tributos a recuperar	46			46
Outros ativos	5			5
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	18			18
Tributos a recolher	77			77
Outros passivos	6			6
Caixa proveniente das operações	1.238			1.238
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16)			(16)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.222			1.222
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras				
Venda de participação da Fazenda São Miguel	2.550			2.550
Resgate de aplicações financeiras	1.250			1.250
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	3.800			3.800
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Liquidação de arrendamento	(525)			(525)
Dividendos pagos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(525)			(525)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	4.497			4.497
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	766			766
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.263			5.263

4.3. Novas normas e interpretações contábeis: 4.3.1. Normas e interpretações contábeis adotadas: Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **4.3.2. Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas:** Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros. **4.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R$" ou "Reais").

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir. **5.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **5.2. *Impairment* de ativo não circulante:** A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas no valor recuperável (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (valor líquido de venda) e o seu valor em uso. O valor em uso é determinado pela projeção de fluxo de caixa operacional livre descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais, com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para os próximos cinco anos. Todas as projeções de mercado são balizadas por relatórios de associações de classe, consultorias econômicas e institutos de pesquisa e estatística. Quando houver perda identificada, esta é reconhecida no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas operacionais, líquidas" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado perda por *impairment*. **5.3. Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **5.4. Provisões e contingências (Nota 14):** A Companhia é parte em processos de natureza cível e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

6. Instrumentos financeiros por categoria: (e) Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: **(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. **(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(f) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2023 | 02:55:45 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 58895757-5B04-4C68-ACB5-56411DAD3EDC

>>>

CRB - OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

(g) Composição:

		2022		
Ativos	**Nota**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	–	5.551	5.551
Aplicações financeiras	8(b)	–	2.833	2.833
		–	8.384	8.384
Contas a receber de clientes	9(b)	1.846	–	1.846
Partes relacionadas	9(b)	556	–	556
		2.402	–	2.402
Passivos				
Arrendamento	11(c)	4.867	–	4.867
Fornecedores e outras contas a pagar		253	–	253
		5.120	–	5.120

		2021		
	Nota	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total Reapresentado e não auditado**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	–	5.263	5.263
Aplicações financeiras	8(b)	–	2.756	2.756
		–	8.019	8.019
Contas a receber de clientes	9(b)	1.821	–	1.821
Partes relacionadas	9(b)	556	–	556
		2.377	–	2.377
Passivos				
Arrendamento	11(c)	5.528	–	5.528
Fornecedores e outras contas a pagar		129	–	129
		5.657	–	5.657

(h) Valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos, sendo:

		Valor justo medido com base em		2022
	Nota	**Preços cotado sem mercado ativo Nível1**	**Técnica de valoração suportada por preços observáveis Nível2**	**Valor justo**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	4.529	1.022	5.551
Aplicações financeiras	8(b)	2.833	–	2.833
		7.362	1.022	8.384

		Valor justo medido com base em		2021
	Nota	**Preços cotados em mercado ativo Nível1**	**Técnica de valoração suporta da por preços observáveis Nível2**	**Valor justo**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7(b)	5.263	–	5.263
Aplicações financeiras	8(b)	–	2.756	2.756
		5.263	**2.756**	**8.019**

Os demais instrumentos financeiros não inclusos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

7. Gestão de risco financeiro: 7.1 Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia a expõem a determinados riscos financeiros, riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. No entanto, essas atividades são realizadas estritamente com partes relacionadas, considerando as condições de mercado, e a Companhia atualmente não apresenta saldos relevantes a pagar a terceiros.

8. Caixa e equivalentes de caixa: (a) Práticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Composição:**

	2022	2021 não auditado
Moeda nacional		
Caixa e bancos	40	44
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	1.023	–
Operações compromissadas - Títulos públicos	4.488	5.219
	5.551	5.263

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 100,21% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2021 - 99,33% a.a. do CDI).

9. Aplicações financeiras: (a) Práticas contábeis: As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificados no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. **(b) Composição:**

	2022	2021 não auditado
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.833	2.756
	2.833	2.756

A Companhia detém quotas de fundo de investimento exclusivo do Grupo Votorantim, e estas aplicações compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras. A rentabilidade média alocadas em aplicações financeiras é equivalente a 100,21% a.a do CDI (31 de dezembro de 2021 - 99,33% a.a. do CDI).

10. Partes relacionadas: (a) Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas, relacionados à prestação de serviços e dividendos. **(b) Remuneração do pessoal chave da Administração:** As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Companhia é realizada pela VCSA.

	Contas a receber de clientes		Demais ativos		Dividendos a pagar		Vendas	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Sociedades controladora								
Votorantim Cimentos S.A.	1.846	1.821	–	–	–	–	9.044	8.786
Calmit Mineração e Participações Ltda.	–	–	556	556	128	364	–	–
	1.846	1.821	556	556	128	364	9.044	8.786

11. Imobilizado: (a) Práticas contábeis: Em 31 de janeiro de 2003, a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária. (Nota 12 (b)). O imobilizado registrado refere-se a cessão onerosa decorrente das instalações transferidos ao arrendatário e os investimentos mínimos onde a arrendatária se obriga a concretizar melhorias e benfeitorias necessárias à eficiência das operações decorrente do contrato de arrendamento. O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 18). A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.2.

(b) Composição e movimentação:

	2022			2021		
	Benfeitorias em propriedades de terceiros	**Instalações**	**Total**	**Benfeitorias em propriedades de terceiros**	**Instalações**	**Total**
Saldo no início do exercício						
Custo	5.632	8.820	14.452	5.632	8.820	14.452
Depreciação acumulada	(4.266)	(6.681)	(10.947)	(4.041)	(6.329)	(10.370)
Saldo líquido	1.366	2.139	3.505	1.591	2.491	4.082
Depreciação	(225)	(352)	(577)	(225)	(352)	(577)
Custo	5.632	8.820	14.452	5.632	8.820	14.452
Depreciação acumulada	(4.491)	(7.032)	(11.523)	(4.266)	(6.681)	(10.946)
Saldo líquido no final do exercício	**1.141**	**1.788**	**2.929**	**1.366**	**2.139**	**3.505**
Taxas médias anuais de depreciação - %	4	4		4	4	

12. Direito de uso em arrendamento: (a) Práticas contábeis: A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do serviço prestado ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. **(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso:** Em 31 de janeiro de 2003 a Companhia celebrou o contrato de arrendamento para a exploração do terminal de granéis sólidos, localizados no porto de Imbituba - SC, com vigência até 2028 como arrendatária.

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Saldo no início do exercício		
Custo	2.588	2.588
Amortização acumulada	(855)	(570)
Saldo líquido	1.733	2.018
Amortização	(285)	(285)
Custo	2.588	2.588
Amortização acumulada	(1.140)	(855)
Saldo líquido no final do exercício	1.448	1.733
Taxas médias anuais de amortização - %	11	11

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento: As parcelas serão pagas à Companhia Docas de Imbituba com parcelas fixas e atualizadas pelo INPC, com prazo de 25 anos e vigência até 2028 como arrendatária. Para o cálculo, a Companhia considerou o fluxo futuro fixos ao arrendador de acordo com os valores e prazos estipulados em contratos e ajustados a valor presente pela taxa de desconto apurada. A taxa de desconto foi calculada considerando a projeção do CDI de 6,4% calculada no início do contrato com prazo de 25 anos e spread de 7,13% calculado.

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Saldo no início do exercício	5.528	6.053
Liquidações	(1.022)	(926)
Ajuste a valor presente	361	401
Saldo no final do exercício	4.867	5.528
Circulante	772	661
Não circulante	4.095	4.867
	4.867	5.528

Em 31 de dezembro de 2022, restam 61 parcelas em aberto com os seguintes vencimentos aberto por ano:

Vencimento	
2023	772
2024	832
2025	936
2026	1.049
2027 e 2028	1.278
	4.867

13. Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos: (a) Práticas contábeis: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e CSLL correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	570	(367)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(194)	125
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial		1
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)	24	19
IRPJ e CSLL apurados	(170)	145
Correntes	(125)	41
Diferidos	(45)	104
IRPJ e CSLL no resultado	(170)	145
Taxa efetiva - %	(29,79)	39,51

(i) Refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite de R$ 240 anual.

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos ativos:

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	57	158
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisões judiciais	129	123
Arrendamento	174	159
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	360	440

(d) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração. O prazo de realização do saldo é em até 12 meses. **14. Provisões: (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza cível e ambiental:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza cível e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões cíveis e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(b) Composição e movimentação:

	2022		
	Cíveis	**Ambientais**	**Total**
Saldo no início do exercício	94	267	361
Atualização monetária, líquida das reversões	1	17	18
Saldo no final do exercício	95	284	379

	2021 não auditado		
	Cíveis	**Ambientais**	**Total**
Saldo no início do exercício	94	68	162
Adições	–	150	150
Atualização monetária, líquida das reversões	–	49	49
Saldo no final do exercício	94	267	361

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:

Natureza	**2022**	**2021**
Cíveis	–	7
Ambientais	1.011	927
	1.011	934

15. Patrimônio líquido: (a) Práticas contábeis: (i) Capital social: É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. **(ii) Distribuição de dividendos:** É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos. **(iii) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. **(iv) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia recebe incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo: Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a: Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **(b) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 8.980, e composto por 8.980.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

(c) Dividendos: O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:

	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	400
Reserva legal - 5%	(20)
Base de cálculo dos dividendos	380
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	95
Quantidade total de ações, em milhares	8.980
Dividendos por lote de mil ações - R$	10,58

16 Receita líquida dos serviços prestados: (a) Práticas contábeis: A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada um dos contratos e/ou acordos.

(b) Composição:

	2022	2021 não auditado
Vendas brutas		
Serviços prestados	9.044	8.786
Impostos sobre os serviços e outras deduções	(1.289)	(1.252)
Receita líquida de contratos com clientes	7.755	7.534

17. Abertura de despesas por natureza:

	2022	2021 Reapresentado e não auditado
Despesa com operação portuária	5.384	5.467
Utilidades	1.327	1.044
Depreciação e amortização	862	862
Impostos, taxas e contribuições	193	105
Aluguéis	80	87
Outros	11	10
	7.857	7.575
Reconciliação		
Custo dos serviços prestados	6.957	6.726
Despesas gerais e administrativas	900	849
	7.857	7.575

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	2022	2021 não auditado
Reconhecimento de crédito de ação civil	110	48
Perda na venda de investimentos	–	(20)
Outras receitas operacionais, líquidas	3	22
	113	50

19. Resultado financeiro, líquido: (a) Práticas contábeis: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos; • Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(b) Composição:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	990	233
Juros sobre ativos financeiros	1	4
Reversão de atualização monetária de provisões	–	3
	991	240
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente de contratos - IFRS 16	(361)	(401)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(46)	(11)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos	(18)	(203)
Outras despesas financeiras	(8)	(3)
	(433)	(618)

20. Compromissos de longo prazo: A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional vigente no terminal do Porto de Imbituba - SC, onde realiza as operações de importação de granéis sólidos, com vigência até 2028. O contrato em questão foi reconhecido conforme descrito na Nota 12 (a). Os investimentos mínimos do contrato de arrendamento operacional, foi executado por meio de outros contratos de arrendamento, pelo mesmo prazo do contrato do Porto de Imbituba, envolvendo ativos operacionais.

21. Eventos subsequentes: Em março de 2023, foi proferida e transitada em julgado de forma favorável à Companhia, a decisão sobre ação judicial referente a exoneração de responsabilidade relativa à previsão de movimentação mínima de cargas no Contrato de Arrendamento do Porto de Imbituba, classificada pelos assessores jurídicos da Companhia anteriormente como de risco remota. A Companhia realizou o pagamento de R$ 1.655, referente à honorários advocatícios fixados sobre o êxito no referido processo judicial

CONTADOR

Osvaldo Ayres Filho - Diretor Presidente
Hugo Sogayar Armelin - Diretor
Bianca Nasser Patrocinio - Diretora

CONTADORA

Célia Midori Narita - CRC PR 051.809/O-8 SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e acionistas da
CRB OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **CRB Operações Portuárias S.A.**, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CRB Operações Portuárias S.A.,** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Dependência econômica de Partes relacionadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, chamamos a atenção para o fato de que a atividade operacional da Companhia é realizada somente por meio de operações com partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto. **Outros Assuntos: Valores correspondentes do exercício anterior:** As demonstrações contábeis da **CRB Operações Portuárias S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram por nós examinadas nem tampouco por outros auditores independentes. Consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

PKF AFFIANCE BRAZIL Auditores Independentes Ltda.
CRC N° 2SP025652/O-0
Marcelo Gomes de Barros
CTCRC N° 1SP194830/O-0

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2023 | 02:55:52 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/